

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 19/05/2020 | Edição: 94 | Seção: 1 | Página: 40

Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

ATA DA 460ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE MARÇO DE 2020

No dia cinco do mês de março do ano de dois mil e vinte, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP reuniram-se no Salão Negro do Edifício Sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em Brasília-DF. Compareceram: o Presidente, Cesar Mecchi Morales; o 2º Vice-Presidente Aldovandro Fragoso Modesto Chaves; e os seguintes membros: Airton Vieira; Aléssio Aldenucci Junior; Ariovaldo Toledo Penteado Junior; Carlos Eduardo Sodré; Danilo Pereira Junior; Eduardo Lino Bueno Fagundes; Elaine Bianchi; Jocemara Rodrigues da Silva; Juliana Zappalá Porcaro Bisol; Márcio Schiefler Fontes; Márgino Alves Barbosa Filho; Paulo Eduardo de Almeida Sorci; Pery Francisco Shikida; Rodrigo Sanchez Rios; Vilobaldo Adelídio de Carvalho; Wilson Salles Damazio. Participação por videoconferência: Conselheiro Gustavo Emelau Marchiori. Justificaram ausência os seguintes membros: Arthur Correa da Silva Neto; Gilmar Bortolotto; Pedro Eurico de Barros e Silva; Roberto Costa Bivar; Roberto Teixeira Pinto Porto; Walter Nunes da Silva Junior. Estiveram presentes os seguintes convidados: Dr. Fabiano Bordignon-DEPEN/MJSP; Renan Barbosa Lopes Ferreira DEPEN/PR; Francisco Caricati DEPEN/PR; Ruy Mugiatti GMF/PR. O presidente iniciou a reunião convidando o Des. Ruy Mugiatti, supervisor do GMF/PR e o Dr. Francisco Caricati, Diretor do DEPEN do estado do Paraná a sentar à mesa. Em seguida inaugurou a participação por videoconferência acompanhada pelo Conselheiro Gustavo Marchiori. Apresentou a ata da 459ª Reunião Ordinária do CNPCP, sendo aprovada pelo Plenário, ressalvada retificação feita pelo Conselheiro Márgino Alves acerca da diminuição dos indicadores criminais nos estados. Seguindo a pauta o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Eduardo Lino para explanação acerca do método de gestão penitenciária e da resolução 05/2016 do CNPCP. O Conselheiro informou que houve uma solicitação do estado do Rio Grande do Sul para revisão da resolução 05/2016 do CNPCP. Por tratar de temas relevantes ao estado do Paraná, informou que o Des. Ruy Mugiatti e o Dr. Francisco Caricati solicitaram espaço para breves considerações a respeito. O Des. Ruy Mugiatti, teceu comentários acerca da superlotação e da possibilidade de classificação para adequar cada pessoa as suas condições. Informou que o GMF junto com outros órgãos desenvolveu o projeto para tentar conter o problema da superlotação. Informou que foi desenvolvido conceito que juntou a lei de execução penal e sua aplicação integral com os princípios da justiça restaurativa, aplicadas não só para os presos, mas para agentes penitenciários e diretores. Informou que fizeram um espaço onde era localizado a antiga PCE e colocarem 280 internos para o início do projeto. Informou que o ambiente é muito tranquilo, onde todos estudam e trabalham, e não há uso de armas nem algemas. Informou que a experiência foi excelente. Informou que respeitar a capacidade de presos é condição importante para o bom funcionamento do estabelecimento e que a ocupação taxativa tem que ser aplicada para o bom funcionamento. O Diretor do DEPEN Dr. Francisco Caricati informou que o projeto vem sendo acompanhado por alguns membros da mesa que são do estado do Paraná. Informou que a proposta é que faça do regime semiaberto unidades de progressão para o regime fechado. Informou ainda que o regime semiaberto é medida ultrapassada, e reivindicou sua extinção, onde no lugar dela existiriam locais fechados com a mesma política do semiaberto, inclusive participando de trabalhos externos. Informou que tem apoio de empresas privadas e universidades. Aberto as considerações, a Conselheira Elaine informou que a justiça restaurativa no estado de Roraima trabalha junto as escolas, e indagou como se faz a divisão dos presos que vão participar do projeto. Mencionou o interesse do estado de Roraima no projeto do Paraná para uma possível aplicação futura no estado de Roraima. Em resposta o Dr. Caricati informou que a seleção é feita com presos no final de cumprimento de pena, que não cometeram crime hediondos e os presos faccionados. O Diretor-Geral do DEPEN informou que esteve com o Dr. Francisco Caricati ano passado na unidade de progressão no estado do Paraná fazendo uma visita e solicitou a revisão da resolução n. 5/2016 por considerar não ser técnica. O Presidente sugeriu comissão para consolidação das resoluções do ano passado e posteriormente comissão para a revisão das resoluções desatualizadas. Foi designado os Conselheiros Paulo Sorci, Vilobaldo Adelídio, Eduardo Fagundes e Conselheira Elaine. O Presidente parabenizou o

Conselheiro Eduardo Fagundes e agradeceu a participação do supervisor do GMF/PR e Diretor do DEPEN. Seguindo a pauta, o Conselheiro Márcio Schiefler deu início a proposta de recomendação do Conselho pela utilização de videoconferência em audiências criminais em todos os foros e ramos do Poder Judiciário. O Conselheiro Sodré sugeriu trocar o termo otimizar por reduzir, e no artigo terceiro, inciso primeiro, suprimir o adjetivo bem sucedidas. O Conselheiro Magino Alves sugere deixar o termo original da proposta. Conselheira Elaine sugeriu retirar o artigo quarto da proposta de resolução. Eduardo Lino fez uma observação quanto as videoconferências nas audiências de custódia. O Presidente propõe a manutenção do artigo quarto com a ampliação da ementa. O Conselheiro Marcio Schiefler informou que a nota técnica do CNJ não interfere na possibilidade de videoconferência em audiência de custódia. O Conselheiro Gustavo agradeceu a participação por videoconferência, informou que em Santa Catarina as experiências com videoconferências nas audiências criminais são ótimas. Informou que a resolução é de fácil aplicação. Corroborou com a proposta do relator informando que recomendar a utilização de videoconferência ao judiciário e proibir dentro do próprio Conselho a utilização da mesma não seria razoável. Vota no sentido de aderir integralmente a proposta do Conselheiro Márcio Schiefler. O Presidente sugeriu então uma proposta conciliatória no sentido de cindir a matéria, aprovando primeiramente resolução com o teor do artigo quarto e um considerando a parte, em seguida a recomendação aos órgãos do judiciário. O Presidente sugeriu convidar a Juíza de Minas Gerais, Isabel Fleck, que participou da maior audiência por videoconferência. O Diretor-Geral do DEPEN informou que foi realizado 649 audiências de videoconferências 381 no ano de 2018 nos presídios federais, e 1671 desde 2013, estima-se que foi economizado em torno de dez milhões de reais. Aprovada a proposta de resolução do Conselheiro Marcio Schiefler, com a ressalva do Conselheiro Mágino Alves. Continuando, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Pery Shikida que deu início a apresentação acerca da visita de inspeção prisional do estado de Roraima. Na reunião com as autoridades informou que a FTIP contribuiu com o estado, informou também da imigração venezuelana. Por fim informou das recomendações sugeridas ao final do relatório. Aberta a palavra ao pleno, o Conselheiro Gustavo Marchiori trouxe a notícia de que Chapecó concluiu 15.000 kits com camisetas para fornecer ao estado de Roraima. Com a palavra a Conselheira Elaine agradeceu a disponibilidade dos kits, informando que resolverá o problema da farda dos presos do estado. O Conselheiro Vilobaldo Adelídio indagou a questão relacionada as doenças de pele, e se haveria a necessidade de alguma recomendação sobre o assunto. O Conselheiro Pery informou que o assunto está superado, e existem apenas alguns casos pontuais. Relatório aprovado por unanimidade. O presidente agradeceu mais uma vez a Conselheira Elaine pela disponibilidade e ao Conselheiro Pery pelo trabalho desenvolvido. Seguindo os itens da pauta, o Conselheiro Ariovaldo Toledo fez apresentação acerca do relatório de indígenas presos no estado do Mato Grosso do Sul. Ressaltou a resolução do CNJ e da OIT, que trata sobre a temática. Por fim agradeceu ao Presidente, ao Diretor-Geral do DEPEN, aos demais membros e solicitou do CNPCP uma atenção especial ao indígena. O Conselheiro Marcio Schiefler fez retificação em relação a resolução do CNJ, quanto a autodeclaração, e informa que é categórica em trazer a autodeclaração indígena. Suscitou a questão da autodeclaração das pessoas transexuais. Conselheiro Carlos Sodré registrou que a presença do ex-conselheiro Ulysses foi de grande valor ao Conselho. Conselheiro Wilson Salles parabenizou o Conselheiro Ariovaldo Toledo e propôs que encaminhasse o relatório dos indígenas a FUNAI e a Ministra Damares do MDH, aprovado por unanimidade. O Conselheiro Aldovandro propôs moção ao ex-conselheiro Ulysses Gonçalves pelos trabalhos desenvolvidos no conselho. Parabenizou a ex-conselheira Fernanda Vilares, pelo cargo de assessora legislativa e ao assessor legislativo anterior Vladimir Passos que agora ocupa o cargo Secretário Nacional de Justiça, propondo moção a ambos, aprovada por unanimidade. O Diretor-Geral do DEPEN destaca a questão do coronavirus (COVID-19), informa que inaugurou grupo de trabalhos para tratar do assunto, e realizou reuniões juntamente aos estados da federação por videoconferência. O Conselheiro Danilo questionou as medidas a serem adotadas nos presídios para prevenir a doença. O Diretor-Geral informou que está seguindo protocolo com as instruções do Ministério da Saúde nos presídios federais e nos estaduais estão articulando. Ressaltou a importância das videoconferências administrativas. O Presidente sugeriu antecipar as sugestões dos itens da pauta da próxima reunião. Conselheiro Wilson Salles propôs que o conselho se debruçasse quanto aos recursos do FUNPEN e rememorou a questão da construção dos presídios verticais. O Conselheiro Carlos Sodré lembrou reunião do CONSEJ onde foi colocado em pauta a gravidade da situação quanto ao financiamento do FUNPEN. O Diretor-Geral do DEPEN informou que dia 16 de março, no estado de São Paulo ocorrerá evento para tratar da iniciativa privada na construção de novas vagas para o sistema prisional. Por fim, o Plenário aprovou que a 461ª Reunião Ordinária será

realizada no dia dois de abril, em Brasília-DF. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Isabelle Christinne Araujo Costa, Técnica em Secretariado do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

CESAR MECCHI MORALES

Presidente do Conselho

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.